

A VIVENCIA SEXUAL DA MULHER SOB OS PADRÕES SOCIAIS

Mirelle Mendes Ribeiro¹
Nicolli Bellotti de Souza²

RESUMO

Sexualidade é um conceito amplo e complexo. Por ela perpassa todos os aspectos da condição humana, sendo assim constituída pelo social, psicológico e biológico, uma vez que somos todos seres biopsicossociais. Diferente do ato sexual em si, a sexualidade vem antes do sexo, inicia-se nas descobertas, no autoconhecimento, caminha para a identificação e expressividade e é então parte profunda do ser humano.

A sexualidade diz respeito àquilo que somos, é a lente pela qual nos transmitimos para o mundo, o que a faz importante o suficiente para adoecer ou promover saúde, como citam os estudos de caso conduzidos por Freud.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa sobre como as repressões sociais, transmitidas entre gerações desde a remota antiguidade até os dias atuais, prejudicam a vivencia da sexualidade feminina.

Palavras-chave: Sexualidade. Mulher. Papel Social. Identidade. Subjetividade.

ABSTRACT

Sexuality is a broad and complex concept. It passes through all aspects of the human condition, being thus constituted by the social, psychological and biological, since we are all biopsychosocial beings. Unlike the sexual act itself, sexuality comes before sex, starts with discoveries, self-knowledge, moves towards identification and expressiveness and is therefore a profound part of the human being.

Sexuality concerns what we are, it is the lens through which we transmit ourselves to the world, which makes it important enough to get sick or promote health, as the case studies conducted by Freud cite.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia – UniAtenas

² Docente e orientadora científica - UniAtenas

The present study is a research on how social repressions, transmitted between generations from remote antiquity to the present day, harm the experience of female sexuality.

Keywords: *Sexuality. Woman. Social role. Identity. Subjectivity.*

INTRODUÇÃO

Sexualidade é um conceito amplo e complexo. Por ela perpassa todos os aspectos da condição humana, sendo assim constituída pelo social, psicológico e biológico, uma vez que somos todos seres biopsicossociais. A sexualidade diz respeito àquilo que somos, ela é a lente pela qual nos transmitimos para o mundo, o que a faz importante o suficiente para adoecer ou promover saúde, como citam os estudos de caso conduzidos por Freud. Diferente então do ato sexual em si, a sexualidade vem antes do sexo, inicia-se nas descobertas, no autoconhecimento, caminha para a identificação e expressividade e é então parte profunda do humano (Gozzo et al, 2000).

Freud definiu muitas vezes a sexualidade como energia que nos impele à produção e desenvolvimento. Em suas teorias, a sexualidade está presente no homem, enquanto ser humano, desde sempre, conduzindo-o assim para o desenvolvimento e interação no mundo. Esse fato se dá através da exploração, desde a infância, do corpo e do mundo, o que possibilita o autoconhecimento através da descoberta do próprio corpo que é seu mundo (Lazzarini, 2006).

Por décadas, o corpo da mulher foi tido como um mistério; Menstruação, gestação e parto não tinham um mecanismo explicado pela ciência. Como é tendencioso ao que é desconhecido, o corpo da mulher teve que ser velado, encoberto e resguardado, o que é manifesto nas roupas, na expressão contida, no comportamento recatado e atitudes que escondessem os segredos desse corpo. Às mulheres então, é ordenado ao longo de sua vida que “feche as pernas”, pois não se sabe há por trás delas, e como se desenvolve o que sai. (Del Priore, 2000)

A sexualidade é parte do ser, reprimi-la inclui inibir também parte de sua subjetividade. Conviver com o desconhecido dificulta o autoconhecimento e impede o autocontrole feminino.

A repressão prejudicial da expressividade sexual da mulher pode fazer com que a mesma se submeta a situações e condições que não sejam de seu total agrado, que viva sem

desfrutar dos benefícios da liberdade de expressão e propague para suas gerações futuras todas as travas que foram construídas através de concepções passadas por gerações anteriores a respeito do corpo, sentimentos e desejos.

Desta forma, o presente estudo trata-se de uma pesquisa sobre como as repressões sociais prejudicam a vivência da sexualidade feminina no contexto brasileiro, transmitidas entre gerações desde a remota antiguidade até os dias atuais.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada também revisão bibliográfica em artigos científicos disponíveis nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico também em livros de graduação relacionados ao tema, disponíveis na biblioteca do Uniatenas. As principais palavras de busca utilizadas foram: Sexualidade; Feminina; Corpo; Cultura; Transgeracionalidade; Família; Subjetividade.

A CULTURA FAMILIAR DO PONTO DE VISTA PSICOLÓGICO E SEUS DESDOBRAMENTOS

A família é o primeiro agente social do indivíduo, é através dela que se é apresentado ao mundo, o que faz desse sistema responsável pela formação de crenças e padrões que mediarão a vivência do indivíduo. Sendo assim, a cultura familiar que é transmitida pelas gerações através de hábitos, costumes e concepções que irá determinar como as mulheres desse meio se vestem, se comportam, como verbalizam, como se posicionam diante da sociedade e conseqüentemente como descobrem e exploram sua sexualidade (MATOS e SOIHET, 2004).

O grupo familiar é o portal para a sociedade extensa. É através da família que se aprende a interagir no mundo desde os primeiros dias de vida. A troca social estabelecida no âmbito familiar será a base estrutural para a construção da identidade do indivíduo e concomitantemente sua representatividade social. O contexto familiar é então o referencial para a vivência de toda subjetividade humana. A família não se trata do único formador da ação humana na sociedade, mas sendo o primeiro influenciará diretamente nos reforçadores sociais secundários que se encontram na comunidade externa, como escola, comunidade vizinha, grupos religiosos e etc. (MATOS e SOIHET, 2004).

Partindo da abordagem cognitivo comportamental, pode-se entender o psicológico humano a partir dos esquemas e crenças que este constrói durante a sua experiência de vida, esquemas estes que refletirão nos padrões comportamentais do indivíduo. A rede de crenças de cada indivíduo do grupo familiar alimenta as crenças da família que por sua vez também influenciarão diretamente nos membros que a compõem (BAHLS e NAVOLAR, 2004).

Assim como os indivíduos, a família é sustentada por padrões comportamentais que são transmitidos de geração em geração para a conservação da dinâmica familiar. Histórias construídas e compartilhadas pelos membros da família através de palavras e atitudes constroem uma rede de crenças que é mantida e ressignificada em diferentes contextos da vida. (SETTON, 2008). São estas construções familiares que acabam criando sentidos de pertencimento ao grupo familiar, através da identificação com o grupo pela forma de se ver e agir no mundo, seus princípios e ideais em comum. Sendo assim os indivíduos realizam a transmissão e preservação de valores adquiridos neste contexto, e definem rituais e costumes que estruturam a base familiar da nova família. (SETTON, 2008). É assim que acontece a comunicação entre as gerações, pois cada membro carrega consigo a bagagem familiar que lhe foi dada e será utilizada para a construção de uma nova célula familiar, quando os filhos deixam seus genitores e dão origem a sua própria prole. Um novo grupo familiar nasce, mas os padrões e crenças são herdados dos antepassados, tornando muito possível a repetição de costumes e posicionamentos que foram aprendidos no antigo seio familiar. (SETTON, 2008).

Ainda que um membro se oponha às crenças e costumes de sua família e queira construir suas relações com os filhos e cônjuge por uma perspectiva diferente, tais crenças e costumes já lhes são intrínsecos e a família de origem ainda será o referencial mesmo que de forma negativa. (GOMES et al, 2014). Isso não significa que a estrutura e as crenças da família são imutáveis. As mudanças nos padrões familiares acontecem através do princípio da morfogênese, que possibilitam a autorregulação e transformação do sistema, assim, a família através da flexibilidade e criatividade terá potencial para mudança dentro da ordem estrutural e funcional do sistema, podendo adquirir configurações diferentes da anterior. (GOMES et al, 2014).

A perspectiva sistêmica possibilita evidenciar e compreender como os padrões familiares são elementares para a manutenção desse grupo, e com quais mecanismos esta manutenção é possível. Tais mecanismos são os princípios da teoria sistêmica, como o da morfogênese citado anteriormente. Além da morfogênese, é importante aqui mencionar

alguns dos outros princípios da sistêmica que são, homeostase, feedback, causalidade circular e não somatidade (GOMES, 2014).

A homeostase se refere à tendência que a família possui de manter determinados padrões de relacionamento e evitar que estes se alterem. Trata-se de um processo autorregulador que garante a estabilidade e equilíbrio do sistema, assim o protegendo de mudanças e alterações. Nesse momento compreende-se que o grupo familiar está em sua zona de conforto e conformidade, não há desejo de mudança, e sendo assim, costumes e tradições são mantidas e muitas vezes inquestionadas para distanciar o risco de desajustar o funcionamento do sistema. É possível identificar este processo em frases cotidianas como “na nossa casa sempre foi assim” ou “jamais aceitaríamos tal situação em nossa família” (CERVENY apud SETTON, 2004).

O feedback ocorre em resposta ao acontecimento, é a reação do meio. Quando de fato há alteração na funcionalidade do sistema, trata-se de um feedback positivo ao processo, mas quando a mudança não ocorre trata-se então de feedback negativo, pois o sistema manteve seu padrão de funcionamento. Esse processo, tanto quando positivo ou negativo, ocorre naturalmente no cotidiano familiar. Quando o sistema recebe intervenção de agentes externos por meio de seus membros, há uma possibilidade de alteração. Um exemplo seria quando os filhos aprendem na escola (agente socializador externo) sobre diversidade de gênero ou assuntos como feminismo e leva aos pais esta ideologia. A resposta do meio familiar a esta novidade dependerá da aceitação ou não dessa nova ideia, que pode ser aversiva aos princípios e costumes de uma família patriarcal, neste caso não ocorrerá mudanças. (FOLLEDO, 2000).

A causalidade circular diz respeito à influência que os membros da família causam nos outros ao mesmo tempo em que também é influenciado, é um processo circular e dinâmico, as mudanças em um elemento do sistema afeta todos os outros. Cada indivíduo da rede familiar é único, possui suas particularidades e individualidades, mas estão ligados por suas interações familiares, todos completam uma unidade que é a família, por tanto, as mudanças individuais movimentam toda a engrenagem familiar, da mesma forma que o grupo familiar molda a construção singular de cada membro (FOLLEDO, 2000).

O sistema não pode ser considerado como a soma de suas partes, e nem estas podem ser avaliadas isoladamente. Este é o princípio de não somatidade, os indivíduos podem ser compreendidos apenas nos contextos interacionais em que vivem, é preciso

considerar o sistema familiar como um todo, interligado e retroalimentativo. (SETTON, 2004).

Para compreender a transmissão de significados entre as gerações é necessário conhecer a manutenção e conservação dos padrões culturais familiares e a propagação de seus costumes. Analisando o funcionamento da sistêmica familiar que atua diretamente na construção ampla da sociedade é possível perceber como costumes e tradições nem sempre benéficos são mantidos ao longo de anos (GOMES et al, 2014).

Isso explica como determinados padrões comportamentais perseveram por tanto tempo na sociedade. Uma vez que o grupo familiar é a base da sociedade ampla, e é na família que se forma os cidadãos civis que estão ao nosso meio. Os papéis sociais que são exercidos na sociedade tem como referência o que foi aprendido no contexto familiar, é assim que surgem as representações e as manifestações de ser e agir no mundo (MACEDO, 2013).

Os papéis sociais são exercidos em todos os momentos da vida e em diferentes contextos. Eles são aprendidos e adequados as situações que o cabem, é assim que como indivíduos temos flexibilidade para adaptar a diferentes grupos de pessoas. Por estes meios é que acontece a socialização do indivíduo, que pode ser entendida como interação e contribuição para com a sociedade (MACEDO, 2013).

O papel como foi descrito por Goffman (1975) e Berger (1978), é compreendido como um conjunto de pré-requisitos para a inserção em determinado contexto social. Isso inclui direitos e deveres, o que é aceito ou aversivo a um certo grupo. Um mesmo indivíduo exerce diferentes papéis em sua vivencia, existe um papel para os grupos religiosos, para o ambiente de trabalho, para o meio escolar, o espaço doméstico e todos os demais grupos de que um indivíduo passo participar (NEGREIROS,2004).

Serão estas as formas de representações das pessoas perante o mundo em que vive, e sendo a sociedade constituídas de homens e mulheres exercendo papéis sociais este assunto estará diretamente relacionado aos papéis de gênero que são estabelecidos e desenvolvidos no meio social (NEGREIROS,2004).

Sabe-se que como toda a sociedade os papéis de gênero vem se modificando com a história da humanidade, e estão relacionados ao contexto histórico social em que acontecem. Apenas das mudanças históricas ocorridas muitas gerações são necessárias para que se crie uma nova compreensão frente aos papéis de gênero, que são nada mais do que lugares determinados de ação divididos para homens e mulheres e suas respectivas funções de acordo com a aceitação social (NEGREIROS,2004).

Os papéis de gênero irão determinar qual a localização uma pessoa deve ocupar na sociedade, qual função ela deve exercer em seu grupo de origem e quais atividades serão mais aceitas para que sejam do seu domínio, tendo como base a divisão sexual biológica, homem e mulher. Estes papéis são apresentados e interiorizados pelo indivíduo desde sua concepção no seio familiar onde recebe suas referências de feminino e masculino e os respectivos papéis que estes exercem, configurando o que seria pertinente ao homem e a mulher. Isso inclui aprovações, restrições e proibições que são transmitidas por gerações e durante o percurso da vida, da infância à senectude (NEGREIROS,2004).

No caso das mulheres é interessante observar o desdobramento dessas questões no seu exercício de vida. A mensagem sobre o ser mulher transmitida no âmbito familiar construirá parte significativa da subjetividade feminina, o que inclui a construção de significados perante sua sexualidade (MACEDO, 2013).

OS ASPECTOS DA SEXUALIDADE FEMININA

Cabe aqui ressaltar que a sexualidade não se resume ao ato sexual, mas trata-se da sexualidade enquanto desenvolvimento, expressividade da singularidade humana, e posicionamento mediante a sociedade. A construção dessa sexualidade será perpassada por vieses familiares, culturais e sociais, e assim será refletida na sua significação enquanto mulher no mundo (BRÊTAS et al, 2011).

É comum a sexualidade no sentido popular ser igualada à genitalidade, assim também como vida sexual ser resumida à prática de relações sexuais. Entretanto, pesquisadores como Sigmund Freud, trazem uma noção de sexualidade muito mais ampla e complexa do que a do imaginário popular, principalmente quando envolve a psicosexualidade, uma vez que seu sentido engloba aspectos muito anteriores ao ato sexual, como autoconhecimento, afetividade, papel social e maturidade emocional (BEARZOTI, 1993).

Quando se trata de pessoas, seres sociais constituídos de psiquê e matéria, a sexualidade é compreendida como a energia que é vital para o desenvolvimento humano, desde a concepção à senectude. A energia libidinal, como citada pela psicanálise, é o que movimenta ao crescimento e amadurecimento; ela está diretamente relacionada à produção e criatividade, perpassando aspectos da vida no âmbito pessoal e social. É a força motriz que impulsiona a expressão e o desenvolvimento do indivíduo em todos os aspectos de vida. A

energia libidinal está direcionada ao prazer e é aliada da criatividade, considerando que o prazer aqui não se relaciona simplesmente à satisfação carnal, mas ao prazer de produção, tornando o humano um ser produtor e sua criação o que acrescenta significado à sua vida (BEARZOTI, 1993).

Sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação. (BEARZOTI, 1993)

A sexualidade em sua complexidade está interligada à subjetividade de cada indivíduo, de forma que não é possível separá-las. Como a subjetividade é singular a cada pessoa e construída pelo meio e pelas relações que a cercam, assim também é a sexualidade, e se tratando de homens e mulheres como é constituída a humanidade, no viés biológico, é natural que a sexualidade seja vivida de forma diferente por esses dois grupos, por de fato serem dois seres diferentes. Entretanto, quando se trata do público feminino, a liberdade para a expressão da sexualidade foi controlada por longas datas e com diferentes intensidades em determinados momentos.

Quando se fala em expressão da sexualidade, se considera o que foi discutido nos parágrafos anteriores: sendo a sexualidade a força motriz, sua inibição prejudicará a autonomia do sujeito, sua autoestima e sua liberdade criativa (BEARZOTI, 1993).

É comum a sexualidade feminina ser relacionada ao papel sexual da mulher desenvolvido pela sociedade patriarcal, na qual devem ser exercidas as suas funções naturais, de maternidade, reprodução e satisfação dos desejos masculinos. Esta ideia limita e reprime a sexualidade feminina fazendo com que ela seja compreendida apenas como reflexo das atuações tradicionais da mulher, excluindo outras possibilidades de manifestação fora do contexto doméstico (DESOUZA et al, 2000).

A construção dos significados da sexualidade acontece durante a vivência e relação entre educadores e filhas. Durante a infância, os brinquedos e brincadeiras já transmitem a mensagem de qual será o papel social a ser desempenhado pelo indivíduo e durante a adolescência, a modelação desse comportamento ocorre nos grupos sociais que são frequentados. Sendo assim o significado de sexualidade e sua ligação com papéis sociais são internalizados e modelados ao longo da experiência de vida. É observando comportamentos como os citados anteriormente que é possível compreender como esses constructos são sociais e culturais (DESOUZA et al, 2000).

Para as mulheres principalmente, é comum que seu lugar na sociedade e como sua sexualidade deve ser exprimida fique evidente desde muito cedo. As famílias expressam com muita clareza o que seria “coisa de menina”, como ela deve se portar, o que ela deve falar; já se tem instaurados quais são os comportamentos reprovados, que são aqueles que se distanciam ou contrariam o que é entendido como papel sexual natural da mulher (LAZZARINI, 2006).

Para falar dos aspectos sexuais da mulher, é preciso analisar como a sexualidade feminina foi compreendida em alguns pontos importantes da história. O primeiro ponto a ser observado é o fato de como o corpo feminino foi visto como um mistério, que apesar dos avanços da medicina continuava sendo tratado como algo obscuro e desconhecido. A ciência medica levou muito tempo para descobrir o real funcionamento do sistema reprodutor feminino, considerando que da mulher é de onde todos nascem é no mínimo curioso como a medicina fechou os olhos para o funcionamento do corpo da mulher (CORSO, 2016).

Por muito tempo imperou a ideia do sexo único, que definia a mulher como um homem com os órgãos sexuais internalizados, pois como não possuía calor suficiente os órgãos não desciam assim como os masculino. Calor para os gregos era considerado um grande valor e sendo as mulheres deficitárias do mesmo, eram, portanto, um ser inferior e incompleto. (CORSO, 2016).

Mais tarde na sociedade burguesa o corpo da mulher é anulado, como se esta não o possuísse. A mulher é colocada numa versão santificada, sem pulsões sexuais ou libido; suas manifestações corporais eram contidas e adestradas em normas de etiqueta. Ela era a rainha do lar. Assim foi se constituindo a sexualidade feminina ao longo da história, que como todo ato da humanidade, deixa rastros e registros até os dias atuais através dos mecanismos de reciclagem cultural que carregam ideias subliminares em atitudes cotidianas (CORSO, 2016).

A sexualidade feminina foi então reprimida, o prazer sexual feminino foi por muitos anos tido como desnecessário, partindo do princípio que a relação sexual era exclusivamente para reprodução e isso não dependia do prazer da mulher no ato. Uma evidencia desse fato é a ausência do desenho anatômico do clítoris nos livros de biologia, mesmo este sendo parte do sistema feminino. Sendo assim, o autoconhecimento sobre o corpo e si mesma foi afastado; à mulher cabia apenas obedecer, reproduzir e criar, e não a descobrir (CORSO, 2016).

A relação da mulher com o próprio corpo fica então vinculada à ideia de pudor e este pudor repressor será consideravelmente responsável por tolir a voz feminina, sua colocação diante da sociedade e contribuirá para sua atuação coadjuvante com o homem. Na perspectiva de Simone de Beauvoir, quem não conhece a si mesmo, dificilmente será o “eu” mas sempre será o “outro” (BEAUVOIR, 2014; CORSO, 2016).

A Igreja teve grande influência sobre o pudor sexual e a sexualidade reprimida da mulher. Sendo de forte autoridade por grande parte da história, a Igreja desenha o perfil da mulher de forma que sua sexualidade é contida e exprimida na figura de esposa, mãe e casta. Quanto mais pura é a mulher, mais elevada essa se torna, mas os critérios de pureza nessa época colocados eram regras para obtenção de controle social e não de santificação. Todas as versões de sexualidade, incluindo sua singularidade particular, deveriam caber em um único padrão imposto como ideal. As mulheres que ousavam viver com qualquer intensidade eram consideradas promiscuas e muitas vezes forçadas a adotar o estilo de vida religioso. O próprio corpo era tido como proibido, tocar-se era considerado algo impuro e imoral, o que consequentemente obrigava a mulher a viver e controlar um corpo que era desconhecido, sobre o qual não se podia falar, tocar ou sentir, mas que deveria ser doado apenas ao prometido, que muitas vezes era ainda mais desconhecido que o próprio corpo (DANTAS, 2017).

A sexualidade passa a assumir uma versão assustadora que deveria ser evitada, e não vista como algo saudável e natural que se desenvolve com o crescimento e pelas experiências adquiridas. Desta forma, assim como a sexualidade, as mulheres também foram ocultadas e submissas, e a cada escape de suas pulsões penalidades estavam prescritas como algo errado, e não natural. A gravidade com que eram vistas as manifestações da sexualidade pode ser observada pelos registros nos manuais de confissão elaborados pela Igreja, em que a própria curiosidade sobre o desenvolvimento do corpo em si era indevido (DANTAS, 2017).

Ainda hoje o comportamento feminino sofre influências herdadas da história. Da mulher espera-se que tenha filhos e seja muito feliz por isso, que se sinta completa e realizada com o casamento e que seja equilibrada e terna. Apesar das mudanças sociais presentes na sociedade atual, pode-se identificar no senso popular que a figura feminina pode sim se desenvolver profissionalmente e até se espera que a mulher seja produtiva, mas ainda incomoda a realização feminina que não incluía matrimônio e maternidade (DANTAS, 2017).

Os aspectos sexuais da mulher deixaram de ser mistérios indiscutíveis, sendo atualmente pauta de discussão na medida em que sociedade tem se adaptado aos novos papéis

da mulher em seu meio. Tratando-se das lutas feministas, muito foi conquistado em prol desta causa, o que possibilitou a presença e atuação da mulher em todos os âmbitos sociais, mesmo com as dificuldades da desigualdade de gênero no meio acadêmico e profissional (CAVAZOTTE, 2010).

O autoconhecimento sobre o corpo e a subjetividade da mulher ainda precisa de incentivos, mas o ponto positivo é que ao menos é possível. Aos poucos com a inserção da mulher do meio acadêmico e pelo acesso a ciência, novas ideias são agregadas ao contexto familiar fazendo com que velhos tabus sejam abandonados (SOARES, 2001).

OS IMPACTOS DO PADRÃO FAMILIAR SOBRE O CORPO FEMININO E SUA EXPRESSIVIDADE.

O contexto tradicional baseado em uma cultura patriarcal contribuiu para uma perspectiva simplista e rudimentar da sexualidade feminina. Por muito tempo a sexualidade da mulher foi resumida à reprodução e seus demais aspectos deviam ser velados como algo que é sagrado e ao mesmo tempo tentador. A liberdade de expressão feminina foi podada, fazendo com que sua energia sexual fosse contida, qualquer manifestação considerada inadequada ou desequilibrada foi por vezes denominada como Histeria, indicando que seus fluxos sexuais estavam invertidos, ou seja, fora do que era adequado (LAZZARINI, 2006).

As repressões sociais estabelecidas pelo meio e pela família podem dificultar a descoberta e a autonomia sexual das mulheres. Tais repressões são representadas na proibição de autoconhecimento sobre o corpo, na tendência à culpabilização da mulher sobre as possíveis consequências da relação sexual, na relação de vergonha sobre aspectos do corpo feminino como menstruação, volume dos seios, etc (RESSEL, 2011).

Para compreender como ocorre o amadurecimento da sexualidade feminina, é necessário analisar as expectativas sociais projetadas desde a gestação. A descoberta do sexo feminino gera sonhos e projeções por aqueles que a esperam, os quais buscam corresponder à sociedade no que diz respeito aos critérios de feminilidade e à imagem feminina. Desta forma, logo que uma menina é descoberta no útero já se espera a chegada de uma doce e meiga criança, que tenderá a ser mais calma e contida, que demande menos preocupação que o menino, da mesma forma que é mais cuidadosa, amorosa e organizada (CORREIA, 2010).

É assim que o seio familiar produz o perfil feminino que é retroalimentado entre indivíduo e sociedade. Quando então nasce a criança, é recebida com laços e tudo o que há de mais delicado em sua decoração cor de rosa. É necessário ressaltar que o preocupante não é o

rosa da decoração e nem a delicadeza, mas sim o conter-se e tudo que está implícito no perfil de calma, recatada e doce, que mais tarde facilmente poderá ser transformado em cale-se, submeta-se e controle-se tornando a mulher vulnerável a opressão (CORREIA, 2010).

Mesmo que ainda não tenha o conhecimento do próprio eu, a criança já nasce sendo enquadrada em um perfil social pré estabelecido e de acordo com ele toda a criação será construída. Seguindo o mesmo raciocínio do parágrafo anterior, quando chega na primeira infância a criança tem o comportamento modelado para se adequar ao modelo exigido. As brincadeiras contidas não exigem muitos saltos ou corridas, a boneca chega logo cedo inserindo a função maternal, fogões e panelinhas são usados para exercitar, pelas brincadeiras, as futuras funções e a família atenta vigia se as perninhas estão fechadas como se algo não pudesse escapar; posteriormente a escola também ajudará neste papel de vigia. Fechar as pernas carrega um profundo significado, é um comportamento que diz: esconde, guarda, segura, a responsabilidade é sua (CORREIA, 2010).

É interessante aqui elucidar o pensamento de Michael Foucault, no qual o conceito de corpos dóceis explica a importância e a utilidade desta “docilidade” para o domínio sobre o corpo – compreendendo aqui corpo com significado além do material- a sociedade se torna vigia de um corpo e de um ser que deve estar contido; a disciplina é imposta desde sempre na vida feminina para garantir o controle comportamental, e nada mais eficaz do que começar pelo corpo, sendo que este é o nosso veículo de atuação no mundo (BRIGHENTE, 2011).

Os corpos dóceis são importantes para manter o controle sobre um organismo; o ensina como andar, o que deve comer, como se vestir e o que fazer, o que faz bem e o que deve ser evitado. Todo esforço do indivíduo destina-se à aprovação pelos vigias sociais, representados pelos demais cidadãos que também buscam suprir a expectativa um do outro (BRIGHENTE, 2011).

Até o século XVIII o corpo era o principal alvo de punição, os castigos nele eram impostos e as marcas eram expostas para registrar a correção de um ato. A sexualidade deveria seguir um padrão de normalidade e respeitar o tênue limite entre o aceitável e o patológico ou abominável. Os corpos das mulheres e das crianças eram subestimados, educados para obedecer. O controle sobre o corpo favorece o poder disciplinar, que permite a manipulação e direcionamento da população de forma objetificada (BRIGHENTE, 2011).

Ao analisar essa questão, é inevitável remeter aos dias atuais, sendo que este mecanismo sustentou parte da base social em que convivemos e deixou consequências que

ainda são mantidas, uma vez que um corpo adestrado educará um corpo adestrado, formando assim uma rede comportamental que se sustenta por gerações (BRIGHENTE, 2011).

Produzir corpos dóceis é uma forma de dominação e controle, o corpo se torna submisso as regras e a ação do indivíduo é adaptada ao que é permitido.

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que poder ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. (FOUCAULT, 2017)

Sempre que se expressa “menina, feche as pernas”, o corpo é censurado, a repressão é estabelecida, corpos dóceis são garantidos. Com o adestramento do corpo e o controle dos comportamentos, o próximo a ser atingido é o pensamento; logo passará a ser controlado o que uma mulher pode pensar, que tipo de ideias pode alimentar, uma vez que seu corpo não pode ser ousado de agir livremente sua mente também não (DOMINGUES, 2009).

As brincadeiras infantis são a forma de expressão da criança, e além disso é a maneira pela qual elas internalizam o mundo em que vivem, constroem expectativas sociais e entendem a funcionalidade de seus papéis. Portanto, o problema não está em brincar de boneca e de comidinha, o preocupante é quando essas são as únicas e exclusivas possibilidades de brincadeira apresentadas as crianças, remetendo a ideia de que à menina cabe exercer somente o papel de mãe e cuidadora enquanto existe uma ampla diversidade de atuação social para a mulher. Aos meninos por meio das brincadeiras, são incentivados a dirigir, adquirir, profissionalizar, o que contribuirá futuramente para sua independência, crescimento profissional e ascensão social. Esse contexto também deve ser apresentado as meninas, para que também elas possam inspirar uma realidade além da doméstica (ROLIM, 2008).

A forma como a menina aprende a se relacionar com o próprio corpo será refletida na adolescência quando o mesmo passar por suas transformações naturais. Ainda na infância, é comum a criança ter curiosidade pelo próprio corpo, manipula-lo e buscar o descobrir. Este momento de descoberta de espaços e sensações corporais se bem recebido, facilitará a relação com as mudanças que ocorrem na adolescência; o amadurecimento será compreendido sem medos e inseguranças, pois o corpo não será um fenômeno estranho, mas parte de si que é conhecida. Porém quando se cresce em um ambiente familiar repressor e fechado ao diálogo, facilmente uma adolescente se preocupará em conter suas manifestações físicas. Um exemplo

é a menarca, a chegada da menstruação é encarada por muitas mulheres como algo vergonhoso, que deve ser resolvido com discrição. O ensinamento de que se deve esconder afasta da mulher a chance de se conhecer, tanto fisicamente quanto subjetivamente, sendo que à medida que cresce é cada vez mais difícil ter conhecimento sobre algo que não pode ser falado. Se a ausência de diálogo persiste e a instrução sobre a própria sexualidade não chega ao indivíduo, suas vivências são desamparadas (COSTA, 2001).

Uma das grandes consequências da ausência de instrução e autoconhecimento é a gravidez precoce, que ocorre em grande número na adolescência, e com a gravidez precoce as maternidades solas, nas quais a mãe educa o filho sozinha, sem a contribuição paterna. Esta situação é verdadeiramente comum na nossa cultura, uma vez que remete à ideia social de que o que acontece com o corpo da mulher é responsabilidade dela. É a mulher que é ensinada a maternar e sobre ela virá a cobrança dessas funções. Esse dinamismo ocorre de forma sucessiva na história das famílias, e conseqüentemente na história das mulheres, e essa cultura é transmitida entre as gerações até que seja interrompida pela intervenção de um pensamento novo. Para isso é necessário o acesso à instrução, educação e serviços complementares de atenção à saúde psíquica e emocional (YAZLLE, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade ainda reproduz muitos mecanismos que foram originados há décadas. Tais mecanismos são sustentados por costumes e ideologias que são transmitidos de pais para filhos na família patriarcal brasileira. Dos comportamentos aprendidos no seio familiar, a sexualidade feminina sofre impactos dos padrões sociais exigidos e é modelada pelos papéis sociais exercidos pelas mulheres.

A repressão vivida pela população feminina dificulta sua liberdade de expressão e atuação no mundo. A dominação e a fiscalização sobre o corpo da mulher dificultam seu posicionamento como indivíduo, restringindo sua liberdade sexual, resumindo seus papéis sociais e limitando sua autonomia.

Para que as mulheres tenham uma vivência saudável da própria sexualidade é necessário o incentivo ao autoconhecimento sobre os aspectos femininos e o funcionamento do próprio corpo. Além disso, é necessário que os papéis sociais femininos não sejam resumidos aos contextos domésticos, devendo as demais possibilidades ser evidenciadas para que as mulheres reconheçam suas opções de atuação.

Os movimentos feministas tem levantado esta pauta desde o século passado, contribuindo para o engajamento feminino em prol da liberdade e igualdade entre os gêneros. As conquistas do feminismo refletem positivamente na sociedade e tem sido cada vez mais reconhecido como necessário para o bem estar social.

Tais questões devem ser abordadas nos contextos educacionais, já previstos em disciplinas como sociologia, história e educação sexual, a fim de instruir a população sobre a história e participação da mulher na sociedade e sua representação na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.E.S. **A força do legado transgeracional numa família**. Rev. Psicologia: teoria e prática, v.10, p.215-230,2008. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v10n2/v10n2a17.pdf>
- AMARAL, Vera Lúcia. **Sexualidade**. Psicologia da educação, Natal, RN: Edufrn, p.208, 2007.
- ANGELI, Daniela. **Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade**. Revista Estudos Feministas, v. 12, n. 2, p. 243-245, 2004.
- BAHLS, Saint-Clair; NAVOLAR, Ariana Basseti Borba. **Terapia cognitivo-comportamentais: conceitos e pressupostos teóricos**. Psico UTP online Revista Eletrônica de Psicologia, Curitiba, v. 4, 2004.
- BEARZOTI, Paulo. **Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano**. Arq. Neuro-Psiquiatria, v.52, n.1, p. 113-117, 1994. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0004282X1994000100024&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- BRÊTAS, José Roberto da Silva, et al. **Aspectos da sexualidade na adolescência**. Ciência & Saúde Coletiva, 2011, 16: 3221-3228.
- BRIGHENTE, Mirian Furlan; MESQUIDA, Peri. Michel Foucault: **corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares**. *I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação*. Curitiba, PUC-PR, 2011.
- CORREIA, Rita Mira. **O arquétipo da princesa na construção social da feminilidade**. 2010. PhD Thesis. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- CORSO, Diana. **O insuportável do corpo feminino**. Institutocpfl, 2016. Disponível em:<<https://www.institutocpfl.org.br/2016/03/23/o-insuportavel-do-corpo-feminino-com-diana-corso-versao-completa/>>.
- COSTA, Maria Conceição O., et al. **Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção**. *J. pediatr.(Rio J.)*, 2001, 77.supl. 2: S217-S224.
- DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Nova Fronteira, 2014.
- DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. Senac, 2000.
- DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. **A construção social dos papéis sexuais femininos**. Psicologia: reflexão e crítica, 2000, 13.3: 485-496.
- DO AMARAL DANTAS, Bruna Suruagy. **Sexualidade, cristianismo e poder**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 2010, 10.3: 700-728.

DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra; DOMINGUES, Mariana Rosa Cavalli. **Foucault e a análise psicanalítica do feminino**. *Anais do II.2009*

FOLLEDO, Manuel. **Raciocínio sistêmico: uma boa forma de se pensar o meio ambiente**. *Ambiente & Sociedade*, n. 6-7, p. 105-144, 2000.

FOUCAULT, Michel. **CORPOS DÓCEIS**. *Vigiar e punir*. 2017.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GOMES, Lauren Beltrão et al. **As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo**. *Pensando famílias*, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2014.

GOZZO, T.O. et al. **Sexualidade feminina: compreendendo seu significado**. *Rev. latino-am. enfermagem, Ribeirão Preto*, v. 8, n. 3, p. 84-90, julho 2000. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20%20Material/Psicologia_Educacao/Psi_Ed_A13_J_GR_20112007.pdf

LAZZARINI, Eliana Rigotto; VIANA, Terezinha de Camargo. **O corpo em psicanálise**. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 241-250, 2006.

MACEDO, Rosa Maria. **A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer?**. *Cadernos de Pesquisa*, 2013, 91: 62-68.

MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade**. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 237-53, 2004.

MENEZES, K.R.L et al. **Sexualidade Feminina: Como séculos de cultura opressiva ainda influenciam o imaginário feminino**. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/conpeex/extensao-cultura/trabalhos-extensao-cultura/extensao-cultura-kassia-rita.pdf>

NATANSOHN, L. Graciela. **O corpo feminino como objeto médico e “mediático”**. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, p. 287, 2005.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Masculino e feminino na família contemporânea**. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 2004.

ROLIM, Amanda Alencar Machado; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. **Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil**. *Revista Humanidades*, 2008, 23.2: 176-180.

SALLES, Ana Cristina Teixeira da Costa; CECCARELLI, Paulo Roberto. **A invenção da sexualidade**. *Reverso*, v. 32, n. 60, p. 15-24, 2010.

SETTON, Marcia Zalcman et al. **De mãe para filha: um estudo sobre a transmissão intergeracional dos significados atribuídos pelas mulheres judias à sexualidade feminina.** 2008.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Gênero e sexualidade: história, condições e lugares.** Rev. Diálogos em psicologia social, p.147-167, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>

TRINDADE, W.R; FERREIRA, M. A. **Sexualidade feminina: Questões do cotidiano das mulheres.** Rev. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v.17, p.417, Julho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n3/a02v17n3.pdf>.

YAZLLE, Marta Edna Holanda Diógenes. **Gravidez na adolescência.** *Revista brasileira de ginecologia e obstetrícia*, 2006, 28.8: 443-445.